

## VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES COM BAIXA VISÃO NO ENSINO SUPERIOR

Ana Claudia Fontes da Silva<sup>1</sup>  
Simone Aparecida Fernandes Anastácio<sup>2</sup>

Eixo temático 6: Processos de aprendizagem e desenvolvimento e práticas pedagógicas na perspectiva da inclusão escolar

### Resumo

Apresenta-se neste trabalho parte da pesquisa desenvolvida na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), referente às vivências no ensino superior de dois jovens estudantes com baixa visão. Discute-se aqui as contribuições dos estudantes no sentido de identificar questões referentes aos seus direitos e às condições relacionadas ao acesso, à participação, à permanência e ao êxito dos estudantes no ensino superior. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, tendo como método de investigação a História de Vida Tópica (HVT), que foi abordada por meio de Entrevistas Narrativas (EN). Os pressupostos que deram base teórica foram a perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano e os estudos atuais sobre capacitismo. A concepção de deficiência adotada assume o modelo social da deficiência, que considera que as desvantagens de um corpo com deficiência não são de ordens naturais, pois o foco é na questão da opressão da sociedade e suas estruturas construídas, sem acessibilidade, que segrega e exclui, tratando de uma questão que é social, cultural, histórica e que oprime. Esse modelo se opõe à concepção biológica, médica que toma a deficiência como um desvio, um problema do sujeito. Como resultados principais destacam-se a importância dos núcleos de acessibilidade, da oferta de formação continuada para os profissionais e, sobretudo, a necessidade de romper com as práticas homogeneizadoras, pois é fundamental considerar a diversidade humana e as singularidades relacionadas à educação da pessoa com deficiência. É preciso que haja mudanças de atitudes excludentes, capacitistas, de forma a materializar ações contra o preconceito social e a falsa crença que insiste em marcar socialmente pessoas com deficiência como incapazes.

Palavras-Chaves: Ensino Superior. Pessoas com Deficiência. Trajetória Educacional

---

<sup>1</sup> Mestrado em Ensino Educação Básica e Formação de Professores pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Assistente Social do Setor de Atenção à Saúde e Assistência Social da UFES. E-mail: ana.cf.silva@ufes.br

<sup>2</sup> Doutorado em Educação, Conhecimento e Inclusão Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores e do Curso de Licenciatura em Física do Departamento de Química e Física da UFES. E-mail: simonef.ufes@gmail.com

## Introdução

No processo de construção da Política Inclusiva e Afirmativa no ensino superior foi instituída a Lei nº 13.409/2016 (BRASIL, 2016), que reserva vagas para que pessoas com deficiência ingressem nos cursos técnicos de nível médio e superior das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Este é um avanço cujos andamento e condições devem ser acompanhados de forma a compreender como as IFES têm atendido uma lei dessa relevância.

Em 2008, há um marco com relação a educação das pessoas com deficiência, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), que dentre outros, tratou das questões relacionadas à formação de professores, planejamento de estruturas arquitetônicas, “a questão da acessibilidade a materiais didáticos, às novas tecnologias e às atividades que envolvem ensino, a pesquisa e a extensão, próprias do Ensino Superior” (BRASIL, 2008a. p. 11) e da transversalidade da Educação Especial no ensino superior (SANTOS; HOSTINS, 2015).

Em 2010 foi instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) como política de permanência no ensino superior, especialmente os estudantes que tenham a renda per capita até um inteiro e cinco décimos salário-mínimo.

O PNAES disponibiliza recursos financeiros para ações voltadas à garantia de alguns direitos, entre eles, o da participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD)<sup>3</sup> e Altas habilidades/Superdotação. Assim, em 2014, a Ufes criou o Programa de Assistência Estudantil (Proaes-Ufes)<sup>4</sup>, que segue o direcionamento do PNAES nos termos e limites da Portaria nº 1.831/2017-R e da Resolução nº 03/2009-CUn/Ufes.

Além disso, em 2014, o Plano Viver sem Limite, incorporou o Programa Incluir, e se destaca enquanto política pública nacional no qual assumiu a responsabilidade de assegurar o direito de acesso à educação da pessoa com deficiência, dos anos iniciais até a formação universitária, de forma que, por meio de ação orçamentária

---

<sup>3</sup> Em relação aos TGD, em acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico Mentais (American Psychiatric Association, 2014), os TGD (Autismo, Síndrome de Rett, síndrome de Asperger, Síndrome de Heller, entre outros), passou a ser denominado Transtorno do Espectro Autista (TEA)

<sup>4</sup> Conforme consta no sítio de informações da Ufes. Disponível em: <https://proaeci.ufes.br/apresentacao-1>. Acesso em 20 set. 2021.

específica anual, contribuiu para que as IFES ampliassem as condições de acessibilidade, inclusive dos núcleos de acessibilidade (BRASIL, 2014).

Os levantamentos de dados realizados por meio dos órgãos responsáveis pela educação revelam que os números relacionados à inclusão das pessoas com deficiência têm se modificado, tanto na educação básica quanto no ensino superior. Esse fato justifica a necessidade de ações que promovam as condições de acesso, permanência, participação e êxito, não só na educação básica, mas também nos níveis superiores onde, ainda que lentamente, tem se observado um aumento das matrículas (SIEMS-MARCONDES, 2018).

Frente a estas questões, a partir de uma pesquisa mais ampla que procurou conhecer os fatores importantes para o percurso educacional dos estudantes da Ufes/legre com baixa visão nos diversos níveis de ensino, e que serão apresentados aqui elementos e suas vivências no ensino superior. Pretende-se apresentar as condições existentes relacionadas à participação, permanência e êxito dos estudantes no ensino superior.

### **Referencial teórico-metodológico**

Como forma de evidenciar a contribuição da pesquisa ao conhecimento já disponível, realizou-se uma revisão de literatura na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)<sup>5</sup> considerando-se um recorte temporal de 10 anos (2009-2019). Utilizando os descritores: trajetória, alunos e educação especial e após as leituras e sistematização das informações das pesquisas encontradas, foram selecionadas aquelas que abordaram os temas: educação especial ou inclusiva, deficiência ou necessidades educacionais específicas ou especiais, depois privilegiou-se aquelas cujos caminhos trilhados se propuseram a ouvir os sujeitos pesquisados por meio de entrevistas e, por fim, tendo como critério fundamental as pesquisas realizadas no ensino superior, que totalizou cinco trabalhos.

De forma ampla, as pesquisas construíram um cenário de desafios e possibilidades para a permanência e conclusão do ensino superior de estudantes com deficiência. Os pesquisadores têm claro que somente com a efetivação de práticas e ações inclusivas, conforme direitos já regulamentados, será possibilitado não só o

---

<sup>5</sup> Dados do portal do BDTD (<http://bdttd.ibict.br/vufind/>) com acesso em 28 out. 2019.

acesso, mas também a permanência, a participação e o sucesso das pessoas com deficiência no ensino superior e na formação profissional.

Como metodologia para a produção de dados da pesquisa foi a História de Vida Tópica (HVT), que é “particularmente profícua para a Educação Especial, ou outros campos de conhecimento que lidam com grupos excluídos” (GLAT, et al., 2004, p. 235).

Para trabalhar com HV optou-se utilizar a Entrevista Narrativa (EN), de natureza individual, que por não ser definida como “uma conversa desprestenciosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores” (MINAYO, 2002, p. 57), foi a escolha mais apropriada.

É importante destacar que o conceito de deficiência apresentado no trabalho tem como base a concepção do modelo social desenvolvido nos anos 1960, cujas bases são aquelas construídas pelas duas gerações de teóricos. A primeira geração, trabalha a opressão dos corpos atípicos em razão das exigências por produtividade e funcionalidade do sistema capitalista. A segunda geração, pelas abordagens feministas e culturalista desafiaram a cultura da normalidade, discutindo a questão do cuidado e os impedimentos intelectuais. Ambas defenderam que pessoas com deficiência são excluídas e oprimidas socialmente em razão da própria sociedade, que não permite a participação social e não oferece oportunidades (GAUDENZI; ORTEGA, 2016).

## **Contexto da pesquisa**

A Ufes desenvolve as ações de acessibilidade e mobilidade coordenadas e executadas pelo Núcleo de Acessibilidade da Ufes (NaUfes), vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (PROAECI). Além disso, o NaUfes acompanha e fiscaliza a implementação de políticas de inclusão das pessoas com deficiência na universidade. O Núcleo tem como base os seguintes eixos: Acessibilidade atitudinal; Acessibilidade arquitetônica; Acessibilidade metodológica; Acessibilidade programática; Acessibilidade instrumental; Acessibilidade nos transportes; Acessibilidade nas comunicações e Acessibilidade digital<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional 2021-2030.

Na Ufes/Alegre, as ações do NaUfes são desenvolvidas por profissionais de diversas áreas e setores como: Setor de Saúde e Assistência Social (SASAS), Secretaria Única de Graduação (SUGRAD), Biblioteca Setorial Sul, da Subprefeitura. Os profissionais são docentes e técnico-administrativos que juntos configuram um grupo que realiza escuta, acolhida, orientação, atendendo os estudantes com deficiência conforme especificidade de cada setor e cada profissional, porém, não é um serviço que conta com profissionais com carga horária e remuneração exclusivas voltadas as demandas.

Atualmente, as demandas dos estudantes são por monitores responsáveis por acompanhar “alunos com deficiência e/ou transtornos nos horários de aula, acompanhar alunos em avaliações, trabalhos e aulas práticas, realizar estudo individual e adaptar materiais utilizados pelos professores nas aulas” (UFES, 2019).

## **Resultados/discussão**

Participaram da pesquisa dois estudantes de 24 anos, com baixa visão congênita (que ocorre no nascimento) que ingressaram na Ufes, respectivamente em 2018 e 2017. Ambos serão referenciados por nomes fictícios escolhidos por eles: Lenda e Sombra.

Os dois estudantes frequentaram escola regular na educação básica, Sombra no ensino privado e Lenda no ensino público e, estas vivências, ainda que por caminhos distintos, contribuíram para que chegassem ao ensino superior. Lenda nos primeiros dias de aula estabeleceu um diálogo com os professores referente às suas especificidades por ser pessoa com baixa visão, ao mesmo tempo em que foi em busca de recursos e apoio na questão da acessibilidade, do NaUfes. Já Sombra dialogava com os professores, mas foi encaminhado ao NaUfes por intercessão de uma professora, alguns meses depois de ingressar.

Em relação a oferta de recursos e apoio na educação básica, Lenda conta que nas primeiras séries só contou com a estratégia que desenvolveu que consistia em levantar-se, ir ao quadro e encostar o rosto no quadro até o nariz sujar de giz, para então, voltar a sentar e escrever frase por frase. Para ele estar naquele espaço foi o que permitiu seu desenvolvimento e hoje estar no ensino superior.

[...] eu vou te falar a verdade, se fosse para fazer tudo de novo, eu faria, porque foi isso que me permitiu desenvolver, imagina só se eu fico dentro de casa [...] não sei o que eu ia fazer não entendeu, até mesmo quando eu cheguei na faculdade, para conseguir o acompanhamento dos monitores, na primeira, segunda, lá na terceira semana que eu fui ter um monitor, eu tinha que desembolar ali, chegar em outra mesa tirar umas fotos e tal, então foi um processo que me permitiu formar um pensamento ou uma postura mais ativa. (LENDA, 08 de maio de 2021).

Sobre estar na universidade, Lenda diz que ela abriu as portas para a vida e a descreve como um ambiente motivador, onde muitas barreiras foram eliminadas e surgiram inúmeras oportunidades e, neste contexto, ele percebeu que era capaz de fazer qualquer coisa que desejasse, porque essa vivência expandiu seus horizontes, “quebrou paradigmas” impostos por pessoas que, equivocadamente, por motivo da deficiência, o tratavam como incapaz.

Diferente de Lenda, Sombra só contou mesmo com algumas oportunidades de se aproximar do quadro para copiar e, as vezes sentar-se na primeira carteira e apoio dos familiares. Sombra, compara, a postura de alguns professores de hoje com os da educação básica:

Na escola, seja no ensino fundamental ou no ensino médio, não era assim, eles colocavam a letra padrão e eu tinha que ir por minha conta e risco, talvez se eles fizessem como o pessoal do NaUfes, eu acho que ficaria melhor no sentido de nota, e no sentido de acessibilidade [...] desde quando entrei na Ufes [...] eles se preocupavam com o tamanho da letra que estavam escrevendo, faziam uma prova só para mim (SOMBRA, 15 de maio de 2021).

Sombra contou que tem um bom rendimento acadêmico, mas que o apoio do NaUfes foi importante para conseguir aprovações em disciplinas pendentes dos períodos iniciais, porque ele evoluiu muito em seu desempenho acadêmico e destacou a importância dos monitores:

Eu acho que o NaUfes é uma coisa importante para quem tem algum problema como o meu, seja visual ou necessidade especial porque eles ajudam muito, para mim foram determinantes para me ajudar a alavancar o desempenho na Ufes. Porque, a melhor coisa para mim, que eu faço no NaUfes é geralmente a monitoria particular, estudos individuais (SOMBRA, 15 de maio de 2021).

Comparando as experiências vividas na educação básica com o ensino superior ele reafirma que na escola não teve apoio e recursos referentes à acessibilidade, diferentemente do que encontrou na Ufes e ressalta a diferença no que se relaciona às atitudes mais acolhedoras por parte de todos, servidores e colegas de turma:

Na universidade é diferente da escola. Tem as salas, mas eu chego e se tiver alguma cadeira na frente eu sento, se tiver tudo ocupado eu pego uma atrás e coloco na frente e o pessoal nem liga, às vezes na frente da escola ficava gente querendo me zoar, e eu acho isso uma besteira, querer tirar sarro com o problema dos outros, acho bem bobo isso na minha opinião, mas assim, as pessoas nem ligam para isso, eu deixo isso, e não tem problema, vai normalmente (SOMBRA, 15 de maio de 2021).

O modelo social da deficiência considera que as desvantagens de um corpo com deficiência não são de ordens naturais, pois o foco é na questão da opressão da sociedade e suas estruturas construídas, sem acessibilidade, que segrega e exclui, tratando de uma questão que é social, cultural, histórica e que oprime, assim como o sexismo e o racismo (SOUSA; FARIAS, 2019). A concepção social se opõe à concepção biológica, médica que toma a deficiência como um desvio, um problema do sujeito.

Isto conforma que estar inserido no contexto de uma escola regular e hoje no ensino superior contribui para o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes porque, frente aos desafios e no conflito entre o biológico e o social, foram e são impulsionadas novas forças em busca de vencer todas as dificuldades que surgiram, muitas delas impostas pela concepção biológica da deficiência. Com base nesta percepção, destaca-se, na narrativa de Lenda, sua fala de uma “força interior”.

[...] tinha essa percepção interna, que me dava uma satisfação enorme sabe, um sentimento por dentro muito grande, muito bom, que foi assim abrindo portas para outras mil coisas, porque você perde a vergonha, você perde os paradigmas ali, então dentro da escola isso foi importante né (LENDA, 15 de maio de 2021).

Segundo Vigotski (1997), frente aos desafios, surge uma compensação psíquica que vence a limitação, no caso de Lenda, pela ausência parcial da visão, pois quando são estabelecidas as relações sociais é que se alcança o conhecimento, já que “as fontes do desenvolvimento dos processos psíquicos são sempre sociais” (1997, p. 369, tradução nossa). Quando desafiado por determinada situação, ele relata que imediatamente pensava: “o que vou fazer?” e isso sempre o fazia agir.

Lenda narrou que já passou muita coisa na vida, sofreu bullying, preconceito, diziam “há, olha o ceguinho”, sofreu discriminação, descaso, e ele se vê como uma pessoa determinada, que se supera, se reinventa e que cresceu muito na sua trajetória educacional. Durante todo o processo, além dele mesmo, explica que contou com as

pessoas para “chegar aonde chegou e pegar o que tinha que pegar”, mas atribui importância aos recursos e apoio que deram acessibilidade.

[...] lógico que tem os processos que auxiliam nisso, os recursos, se não tiver esses recursos eu teria muito mais dificuldade, talvez, eu não sei se eu teria chegado aonde eu cheguei hoje no curso” [...], mas certamente em algum lugar eu iria parar, porque eu tenho vontade, eu tenho determinação [...] (LENDA, 21 de maio de 2021).

Da sua vivência educacional, Lenda explica que um bom professor é aquele que dá acessibilidade e afirma que o trabalho dos monitores não é fazer as coisas por ele, mas romper com todas as barreiras que possam estar impedindo sua participação e, conseqüentemente, de obter bons resultados nas disciplinas. E hoje estar no ensino superior, ter o apoio do NaUfes, participar de projeto de pesquisa e de extensão, enfim, tudo o que lhe tem sido proporcionado no meio acadêmico, é o que o faz desejar querer mais, pois “buscar e batalhar por aquilo que eu quero me mostrou que é possível, meio que abriu os meus olhos assim e vi que dá para ir, dá para chegar lá” (LENDA, 28 maio de 2021).

Ele explicou que se sente incluído no espaço da universidade, ressaltando, sobretudo, o espaço da quadra, onde joga futsal, a Enactus<sup>7</sup>, cujo grupo participa efetivamente de todas as atividades, a biblioteca, inclusive como espaço de estudo individual e a Iniciação Científica. Aponta também algumas mudanças necessárias relacionadas a biblioteca e aos cardápios do restaurante universitário:

[...] são coisas impressas minuscilmente e colado nas paredes, nunca dava pra saber o que era o almoço ou o jantar. Os novos armários digitais, não consigo enxergar os botões a serem apertados”, diz referindo-se aos armários da biblioteca, um de seus lugares favoritos na universidade, pois tem a “salinha de recurso” (EN. 28 de maio de 2021).

Ademais, sugeriu que, sempre ao iniciar o semestre, o próprio departamento de curso poderia informar e orientar os professores sobre as suas necessidades. Ele explica que compreende a dinâmica da vida universitária, pois são muitas disciplinas e diversos professores, mas afirma que essa seria uma atitude que facilitaria muito para todos, estudantes e professores, uma vez que ele não precisaria estar sempre

---

<sup>7</sup> Enactus é uma organização internacional sem fins lucrativos dedicada a inspirar os alunos a melhorar o mundo através da Ação Empreendedora. Disponível em: <https://alegre.ufes.br/processo-seletivo-enactus-para-o-campus-de-alegre>. Acesso em 05 ag. 2021.

explicando suas particularidades e os professores poderiam se antecipar e planejar as aulas teóricas e práticas considerando suas necessidades e direitos.

Dentre os trabalhos encontrados na BDTD, Shimitte (2017), estudou a trajetória de vida de uma estudante com deficiência visual e trouxe à luz as dificuldades relacionadas ao ingresso e permanência no curso superior. Destacaram-se aspectos dificultadores referentes ao acesso ao conteúdo teórico, a participação em aulas práticas, as avaliações das disciplinas e algumas dificuldades relativas ao relacionamento interpessoal.

Estas situações também foram reveladas nas narrativas dos estudantes:

Era um professor que não tinha nada acessível, [...], que não mandava slide para ninguém, [...] ele falava de estruturas muito específicas, aí já começava a ficar na minha cabeça, o que esse professor está falando? Se ele mandasse o slide eu ia ter como baixar com antecedência [...] para eu poder meio que abrir aquilo no celular e acompanhar de algum jeito na sala, entendeu? o conteúdo que ele falava e ministrava era muito bom, mas não tinha acessibilidade nenhuma [...] olha que contraditório, chegava na aula de laboratório que era uma aula que eu ficava mais com medo do que tudo, porque eu pensava assim, ele não tem nenhum tipo de acessibilidade na sala de aula, eu vou chegar no laboratório e não vou fazer nada, se eu não vi o que ele falou na aula teórica como é que eu vou fazer na aula prática? (LENDA, 21 de maio de 2021).

Sobre essas posturas, Lenda fala em falta de proatividade dos professores, mas os estudos críticos e emancipatórios sobre a deficiência dizem tratar-se de capacitismo, porque são nessas barreiras atitudinais que está a deficiência, pois “a atitude capaz de transformar as barreiras é a que pensa sobre acessibilidade” (SIQUEIRA et al., 2020, p. 157), pois é “desse encontro entre limitações e barreiras que nasce a deficiência” (p. 157).

Essa via excludente, pelo preconceito social, o capacitismo, refere-se a “um conjunto de pressupostos e práticas que promovem o tratamento diferencial ou desigual das pessoas devido a deficiências reais ou presumidas” (CAMPBELL, 2008, p. 4), deslegitimando os direitos sociais das pessoas com deficiência.

Para enfrentamento dessas questões concorda-se com Ansay, que trabalhou com depoimentos de alunos surdos para conhecer os fatores que contribuíram para o avanço acadêmico e os desafios e possibilidades por eles encontrados no ensino superior e apontou que “são as ações conjuntas e integradas que trazem novas possibilidades de enfrentamento aos obstáculos encontrados ao longo da trajetória dos alunos surdos até a universidade” (2009, p. 9).

Carvalho (2015), com base na história oral de estudantes com deficiência, graduados, apontou que os facilitadores estão fora da universidade, como por exemplo, os amigos de sala. E, concordamos com a autora que os serviços das instituições deveriam ser mais difundidos para que todos tivessem conhecimento de seus direitos e não se intimidassem na busca por auxílios. Para ela, ainda que com todo avanço das últimas décadas, regulamentações e ações, “ainda há muito o que ser desenvolvido dentro das universidades a fim de garantir o direito de educação a todos” (2015, p. 7). Vale lembrar que Sombra ficou alguns períodos sem saber da existência do NaUfes.

Nos outros dois estudos da BDTD, Gomes (2017) e Sequeira (2015), que também investigaram a trajetória de estudantes surdos, reafirmou ser essencial disseminar pesquisas e conhecimentos sobre o tema, e que o ingresso de pessoas com deficiência em universidades tem crescido expressivamente, segundo dados do Ministério da Educação.

Sombra e Lenda, dividiram conosco suas vivências e a partir delas identificamos alguns elementos e condições que constituem suas trajetórias e vivências educacionais, sobretudo, no ensino superior. Entre outras, destaca-se ser necessário o diálogo, a acolhida e romper com as atitudes capacitistas, que são barreiras que prejudicam os estudantes.

As percepções biomédicas da deficiência coexistem com as da concepção social, uma não eliminou a outra e verificou-se, na pesquisa, que as dificuldades e barreiras enfrentadas pelos estudantes são consequências das escolhas e atitudes de outras pessoas, como os professores, que ainda pensam na sala de aula homogênea, onde cada estudante deve se “adequar” a uma única forma de ensino.

### Considerações finais

É importante observar que a chegada dos estudantes no ensino superior passa pelo viés da democratização da educação superior, bem como pela implementação das políticas afirmativas, construídas para contemplar os grupos que durante muito tempo estiveram excluídos do processo educacional.

É certo que o processo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva no ensino superior pressupõe, transversalidade, porque deve estar presente nas dimensões ensino, pesquisa e extensão, tratando-se de transformações múltiplas, que perpassam desde as adaptações de infraestrutura, a formação de professores, a estruturação e institucionalização do AEE e dos núcleos de acessibilidade.

Portanto, pensando na garantia dos direitos dos estudantes com deficiência nas universidades, não só no acesso, mas também na sua permanência, participação e êxito, é necessário efetivar as normatizações públicas, sendo imprescindível a estruturação dos Núcleos de Acessibilidade e a oferta de serviços, mas sobretudo que todos os envolvidos revejam suas atitudes, conforme as narrativas mostraram.

Os núcleos precisam contar com recursos humanos, materiais, financeiros e ser conhecido pela comunidade acadêmica, mas é preciso ir além e enfrentar o capacitismo nos diversos espaços, sobretudo na sala de aula. As mudanças nas legislações devem ser acompanhadas por transformações da própria sociedade, das pessoas, das estruturas institucionais. Enfim, é necessário que haja mudanças de atitudes excludentes, capacitistas, de forma a materializar ações contra o preconceito social e a falsa crença que insiste em marcar socialmente pessoas com deficiência como incapazes.

## Referências

ANSAY, Noemi Nascimento. **A trajetória escolar de alunos surdos e a sua relação com a Inclusão no ensino superior**. 2009. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186614>. Acesso em 22 nov. 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

CAIADO, Katia Regina Moreno. **O aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos**. Coleção Educação Contemporânea. Campinas, SP, Autores Associados: PUC, 2014.

CARVALHO, Cristina Linares Cintra de. **Pessoas com deficiência no ensino superior: percepções dos alunos.** (Mestrado em Controladoria e Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. USP. São Paulo. SP. 2015.

GAUDENZI, Paula; ORTEGA, Francisco. Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3061-3070, Oct. 2016.

GLAT, Rosana; SANTOS. **Somos iguais a você: depoimentos de mulheres com deficiência mental.** 2ª ed., Rio de Janeiro: Letras, 2009. 224 p.

GOMES, Christianne Rocha. **Educação inclusiva de estudantes universitários surdos: uma análise a partir da trajetória escolar** (Mestrado em Psicologia Social). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão. SE. 2017.

MINAYO, M. C. (Org). Pesquisa Social: teoria, método e atividade. 6 ed. Petrópolis: vozes, 2002.

JOVCHELVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista Narrativa. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 90-113. BAUER, Martin W; GASKELL, George (editores). Tradução de Pedrinho A. Guareschi.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SANTOS, Tatiana. HOSTINS, Regina Célia Linhares. **Política Nacional para a Inclusão no Ensino Superior: uma Revisão da Legislação.** UNOPAR Cient., Ciênc. Human. Educ., Londrina, v. 16, n.3, p. 194-200, **2015.**

SEQUEIRA, Brenda Teixeira de Oliveira. **Da inclusão à cidadania: Um estudo sobre o grupo de estudos surdos da UCPEL.** Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, RS, 2015.

SIEMS-MARCONDES, M. E. R. Estudantes com deficiência no ensino superior: trajetórias escolares, acesso e acessibilidade. **Inclusão Social**, v. 11, n. 1, 2 mar. 2018.

SIQUEIRA, Denise; DORNELLES, Tarso Germany; ASSUNÇÃO, Sabrina Mangrich. Experienciando capacitismo: a vivência de três pessoas com deficiência. In: GESSER, Marivete; BOCK, Letícia Kempfer; LOPES, Paula Helena (organizadoras). **Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social.** Curitiba: CRV, 2020. 248 p.

SHIMITE, Amabriane da Silva Oliveira. **Inclusão e educação tecnológica em foco: Percepções de uma aluna com deficiência visual, de seus professores e de seus colegas.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2017. 107 f..

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES). Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania. Instrução Normativa n 3, de 15 de agosto de 2019. Normatiza as atribuições dos monitores do Núcleo de Acessibilidade da Ufes e dá outras Providências.

SOUSA; Vanessa Alves; FARIAS, Adenize Queiroz de Farias. **Capacitismo e currículo Oculto Escolar**: Construindo Relações. Anais VI Congresso Nacional de Educação - CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2019.

VIGOTSKI, L. S. Fundamentos de defectologia. In: **Obras completas**. Tomo V. Trad. de Maria del Carmen Ponce Fernandez. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1997. p. 74-87.